

**PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 (221 pgs.).**

A obra de Armando de Sousa Pereira, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista*, trata o período de formação e afirmação de Portugal enquanto reino autónomo e independente (sécs. XI-XIII). Um primeiro olhar sobre o seu título levaria a supor que versaria sobretudo aspectos de natureza militar e política, uma vez que tais domínios foram determinantes no processo acima mencionado. Porém, o autor opta por analisar a questão por um prisma que coloca o enfoque na percepção que os contemporâneos tinham do processo que então estava em curso. As dimensões militar e política têm obrigatoriamente que marcar presença no discurso de Armando de Sousa Pereira, já que um trabalho que pretendesse tratar do período da Reconquista cristã, e não mencionasse estas duas perspectivas, seria sempre um trabalho incompleto, o que dificultaria a compreensão, por parte do leitor, da dinâmica orientadora inerente ao processo em causa, cerceando desta forma o objecto histórico de duas das suas mais intrínsecas características. A nuclearidade destas vertentes impede que qualquer análise séria as negligencie. Posto isto, o autor prefere analisar a forma como todo o processo de reconquista foi apreendido pelos seus agentes e por aqueles que com ele interagiram. Oferece informação diversificada, daquela que por exemplo Maria Cristina Pimenta autora de *Guerras no tempo da Reconquista: 1128-1149* (Quidnovi, 2006), Pedro Gomes Barbosa autor de *Reconquista Cristã: séculos IX-XII* (Ésquilo, 2008), e Philippe Conrad autor de *História da Reconquista* (Europa-América, 2003), nos presenteiam nas suas obras, todas elas de qualidade reconhecida, mas que focam sobretudo a vertente militar e política.

A obra de Armando de Sousa Pereira oferece assim novidade científica quando comparada com as mencionadas, serve-se delas em algumas situações como base de sustentação da sua dissertação, mas afasta-se devido à importância que concede à apreensão de todo o processo pelos seus contemporâneos. Tal opção metodológica leva-o obviamente a privilegiar as fontes de carácter religioso e os relatos de conquista que alguns cruzados, ou membros de ordens militares efectuaram quando chamados a intervir na conquista de praças e cidades portuguesas. Figuras como a de Pedro Pitões

(Bispo do Porto), João Peculiar (Bispo de Braga) ou Soeiro Viegas (Bispo de Lisboa) aparecem aqui mencionadas, não tanto devido à sua acção episcopal enquanto condutores dos destinos dos seus Bispados, mas sobretudo devido ao papel congregador, motivador e ideológico (defesa dos ideais de Guerra Santa e Guerra Justa, e a incorporação do espírito da Reconquista dentro destas duas concepções) que foram chamados a desempenhar.

Dentro deste espírito o autor destaca, entre outros, a acção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do Mosteiro de Alcobaça (a partir de 1153) e da Ordem dos Cavaleiros Templários, instituições fundamentais na prossecução dos objectivos da Reconquista portuguesa, não só no campo militar, mas também de ocupação e povoamento do território.

A obra surge dividida em cinco capítulos, sendo que em todos eles o factor religioso se encontra presente, ora devido ao título e conteúdo do capítulo, ora devido às fontes que foram sendo consultadas na elaboração de outros. O primeiro capítulo trata as memórias monásticas dos Condados de Portucale e do de Coimbra (tempo em que ainda não se pode falar de uma ideia homogénea sustentada e comum de Portugal enquanto reino), o autor explora as características inerentes a uma sociedade fronteiriça guerreira, realçando a importância de vários anais (sobretudo os do Mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave) para se perceber os conflitos e afrontamentos entre Cristãos e Muçulmanos. As lutas pelo poder e tensões internas existentes no seio da nobreza condal portugalense, bem como a ascensão da nobreza infancional e a sua crescente influência em detrimento da antiga nobreza condal são neste capítulo alvo de desenvolvimento. A análise que o autor fez d' *Os Anais de Santo Tirso* realça o facto de neles não se encontrar uma perspectiva una do inimigo Muçulmano, aparecendo referências diversas a Árabes, Mouros, Berberes ou Sarracenos, indício talvez da sua falta de coesão interna. Estes raramente aparecem caracterizados como um feroz e maléfico opositor, mas antes como ocupantes de um território que lhes era estranho. Esta concepção seria alterada alguns anos depois com o advento dos Almorávidas na Península Ibérica. Outra fonte coeva, que o autor realça, são os *Anais de Grijó*, fonte que inicia a sua labuta após a conquista de Toledo por Afonso VI em 1085, marcando desta forma o princípio dos confrontos com os Almorávidas em Portugal e Espanha. A derrota de Afonso VI na Batalha de Zalaca, merece importante desenvolvimento,

apesar do seu relato surgir bastante hiperbolizado, sobretudo o contingente muçulmano. O objectivo é claro, tentar desculpar a derrota com a dimensão gigantesca do exército infiel, a imagem de Afonso VI ficava salvaguardada, uma vez que a coragem que demonstrara de, em condições adversas, desafiar o adversário muçulmano, em nome do proselitismo cristão. Embora os *Anais de Grijó* façam menção à batalha de Zalaca, não mencionam a derrota de Afonso VI, já que era importante manter a ideia de uma realeza invicta por parte deste monarca. Esta fonte destaca ainda a acção preponderante dos infantões na defesa da fronteira cristã na linha do Tejo. A acção do Conde D. Raimundo também aparece aqui valorizada, mas é sobretudo a imagem do Conde D. Henrique que surge exacerbada, sendo alvo de um maior enfoque. Outra importante fonte mencionada neste capítulo são os *Anais de Lorvão*, compostos por seis notícias cronologicamente situadas entre 866 e 1064, todas elas relativas aos reis e antigos condes de origem asturiana. Estes anais tentam, de alguma forma, associar o início da reconquista cristã com a importância que o Mosteiro de Lorvão começava a deter, sobrevalorizando deste modo a acção repovoadora que este mosteiro tivera após a conquista da cidade. O seu propósito, mais do que abordar ou narrar questões relacionadas com a Reconquista Cristã, consiste em valorizar a sua acção durante este processo, daí que algumas das suas informações tenham de ser lidas com cuidado, já que existe a intenção de enaltecer a instituição que as produziu. Estas aparecem inclusive desfasadas do seu tempo, uma vez que ao realçar o passado condal leonês, não concedem importância à acção de Afonso VI e do Conde D. Henrique.

No segundo capítulo, é concedida particular importância à consolidação da autonomia de Portugal, sobretudo as lutas (políticas, diplomáticas e militares) travadas contra o reino de Leão, não perdendo de vista conflito que opunha cristãos a muçulmanos. O foco da análise é o reinado de D. Afonso Henriques, dando o autor particular destaque à deslocação da corte para Coimbra em detrimento de Guimarães, que tinha por fito afastar o “Conquistador” das pressões da nobreza senhorial do norte de Portugal a quem devia o favor de o ter apoiado na sua ascensão de *Dux* a *Rex*. Ao mesmo tempo destaca-se a preferência que Afonso I de Portugal deu aos guerreiros e cavaleiros dos concelhos de fronteira, concedendo-lhes vastos privilégios com o intuito de estimular o povoamento destes territórios.

Esta nova conjuntura possibilitou que, do lado português, se passasse a ter uma postura mais ofensiva, com o intuito de expandir o território para sul (sobretudo a partir da Batalha de Ourique), constituindo marcos importantes deste processo a conquista de Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165, e a tentativa de conquistar Badajoz em 1169, cujo fracasso marca o término da guerra ofensiva por parte de D. Afonso Henriques (saiu gravemente ferido numa perna e impossibilitado de continuar a combater montado a cavalo). No plano diplomático (realce para João Peculiar, sobretudo no estreitar de relações com a Santa Sé), destaque-se o juramento vassálico de D. Afonso Henriques ao Papado, com posterior atribuição da bula *Manifestis Probatum*, que dotava o reino de Portugal de uma soberania própria, colocando-o (em teoria) mais salvaguardado de possíveis tentativas de ocupação estrangeira, sobretudo por parte de outros reinos cristãos. Para além da acção de João Peculiar, merece também enfoque a acção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, principalmente devido à organização político-administrativa que foi implementando, através da concessão de cartas de foral a várias localidades do termo de Coimbra, e a reorganização do espaço da fronteira, no entre Mondego e Tejo. Este cenóbio tornou-se o centro cultural do reino no século XI. Ligados ao Mosteiro de Santa Cruz é importante mencionar os *Anais de Santa Cruz I*, fonte composta por catorze notícias cronologicamente datadas entre 1109 e 1169. Obviamente, estes anais valorizam sobremaneira Afonso Henriques, que aparece mencionado como verdadeiro fundador da nacionalidade, e com o título de *Portugalensis regis*. Realce, ainda, para duas figuras (além de D. João Peculiar) que ficaram fortemente ligadas ao mosteiro neste período, Telo e Teotónio. O mesmo mosteiro produziu uma série de hagiografias, das quais o autor destaca a *Vita Martinis Sauriensis*, que tem como principal objectivo fazer o elogio das virtudes pastorais e de pobreza de Martinho de Soure, na altura uma localidade importante situada numa região de fronteira, e da acção por ele desenvolvida no reerguer da vila após a fuga (e queima da vila pelos próprios habitantes) das populações para a cidade de Coimbra, devido à iminência de um ataque almorávida em 1116. Martinho acabou capturado pelos almorávidas e, nem sofrendo na pele as agruras do cativo, renegou os seus valores e ideais cristãos, esforçando-se por, mesmo em condições adversas, pregar a palavra de Deus. Acabou por morrer no cativo (1145), tornando-se o primeiro mártir

de Portugal. A *Vita Tellonis* (hagiografia sobre D. Telo), constitui outra fonte ligada ao Mosteiro de Santa Cruz que abrange questões relacionadas com as relações entre a Cristandade ocidental e Portugal. Por seu turno, a *Vita Theotonii* (hagiografia sobre D. Teotónio) destaca sobretudo os feitos militares de Afonso Henriques e a expansão do território empreendida por este monarca. Estas três hagiografias servem, também, para reforçar o ideal de Guerra Santa, que prosperou a partir de finais do século XI, depois do apelo de Urbano II. Em todas estas fontes e hagiografias é possível perceber alguns elementos comuns, se as primeiras atribuem à Reconquista a orientação régia dotada de uma estratégia pré-definida que aliava a conquista do território ao reforço da autoridade do monarca, as segundas não hesitam em associar a intervenção divina ao sucesso dos avanços cristãos para sul, tentando desta forma transmitir a ideia de que Deus se encontrava do lado dos portugueses. Afonso Henriques surge, assim, como um rei cuja autoridade foi sancionada por Deus, o que funcionava como motivação extra no combate contra os sarracenos. Além destas fontes, Armando de Sousa Pereira realça mais algumas cuja sua postura apologética em relação a D. Afonso Henriques é evidente. Inserem-se neste leque a *De Expugnatione Scalabis* (escrita para celebrar a conquista de Santarém) e os *Annalis D. Afonsi Portugallensium regis* (estes foram escritos em 1185 após a morte de Afonso Henriques, e no século XX Luís Krus deu-lhes o nome de *Anais de Santa Cruz II*). Estes tratam sobretudo as refregas entre Afonso Henriques e os Muçulmanos, bem como as lutas intestinas existentes entre as diversas tribos árabes, contendas essas que reforçavam ainda mais a superioridade moral dos portugueses. Estes anais, dedicados à construção da memória do monarca falecido, foram escritos num período em que era necessário restaurar a confiança dos cristãos, e congregar forças com o propósito de impedir o recuo da fronteira cristã, contra a aguerrida dinastia dos Almóadas que entretanto se assumira principal oponente dos cristãos. Concomitantemente, importava fomentar e preservar uma imagem miraculosa de Afonso Henriques, bem como o carácter proselitista da Reconquista Cristã. Na sua globalidade os textos produzidos pelos Cónegos Regrantes tinham a finalidade de reforçar a identidade das suas instituições, ao mesmo tempo que construía uma imagem ideal de Afonso Henriques.

No terceiro capítulo da obra o autor destaca a intervenção episcopal ao longo de toda a Reconquista. Os bispos, na qualidade de guardiões das cidades, envolveram-se activamente neste processo, ao mesmo tempo que estruturavam a organização das dioceses. Constituíam ainda o principal apoio do monarca nas relações com Roma (o contrário também acontecia, uma vez que o papado se apoiava nos Bispos como agentes implementadores de diversas reformas). Os Bispos desempenhavam, ainda, uma importante função antes de se iniciarem as batalhas, sobretudo através dos seus sermões motivadores, que realçavam as virtudes dos exércitos cristãos, bem como a justiça dos seus propósitos, ao mesmo tempo que desvalorizavam a facção muçulmana e a corrupção dos seus propósitos. Estes sermões motivadores verificaram-se antes das tomadas de Santarém, Lisboa e Évora, destacando-se nestas ocasiões Pedro Pitões, João Peculiar e Soeiro Viegas. Alguns destes discursos ficaram guardados para a posteridade em várias obras, como por exemplo a *De Expugnatione Lyxbonensi*, que trata a tomada da cidade de Lisboa. Neste texto é curiosa a forma como se tenta motivar os cruzados louvando a sua peregrinação e a sua coragem para libertar o Santo Sepulcro, o que parece ser orientado para os cruzados do Norte da Europa que auxiliaram na sua conquista. Estes sermões além da ideia de guerra santa punham também o enfoque na justiça que orientava os seus propósitos, ao mesmo tempo que se serviam de citações ou situações bíblicas como factor motivacional. Incitavam, também a durante o combate, não serem demasiado ávidos durante o saque. Não raras vezes estes sermões utilizavam também motivações históricas que provassem a ancestralidade da presença e ocupação cristã no território. A figura de João Peculiar aparece mais mencionada do que as outras, uma vez que este acabou por ser elevado a Arcebispo de Braga. Foi uma figura extremamente influente junto do papado, lutando até à sua morte pelo reconhecimento de Portugal enquanto Reino autónomo, algo que apenas se viria a verificar em 1179, com a bula *Manifestis Probatum*.

No quarto capítulo, o autor propõe-se abordar a questão dos cruzados e da Reconquista, concretamente a analisar a forma como estrangeiros apreendiam o processo da Reconquista cristã. A derrota imposta pelos muçulmanos a Afonso VI em 1086, é um momento importante, uma vez que tal derrota levou este monarca a pedir a colaboração militar de cavaleiros francos como forma de conter as invasões muçulmanas. Pouco depois da

chegada destes à Península Ibérica, entrega a dois cavaleiros francos o governo da Galiza e do Condado Portucalense. A partir de 1086 a Península abriu-se ao exterior e o problema da Reconquista Cristã do território ibérico torna-se internacional, e inserido na órbita de interesse do Papado. Não é por isso de estranhar que, após o início das cruzadas, várias foram aqueles que passaram por Portugal, sendo reconhecido inclusive pelo Papa que o serviço na península era tão libertador como o serviço em Jerusalém. Aqui chegados é necessário mencionar de novo a *De Expugnatione Lyxbonensi*, uma vez que nela se encontra um relato da tomada de Lisboa em 1147, muito provavelmente da autoria de Raul, um presbítero franco que participou na conquista da cidade. A primeira conquista de Silves, apesar do seu carácter efémero merece também algum destaque, já que a narração do feito pode ser lida em *Narratio de Itenerè Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capiantum*, obra muito provavelmente de origem germânica. A conquista de Alcácer do Sal, em 1217, aparece narrada em *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmem*, a sua estrutura surge sobre a forma de poema épico, o que embeleza o texto e facilita a sua leitura, mas diminui a sua validade científica, já que apesar da veracidade dos factos ali narrados, poderá ter existido uma valorização excessiva do processo discursivo em detrimento da realidade dos acontecimentos.

A leitura e análise destas fontes, leva-nos para um campo em que os feitos bélicos e as conquistas cristãs aparecem sancionados pela Providência, sobretudo quando as forças muçulmanas eram quantitativamente superiores às cristãs. Em algumas destas fontes, os cruzados surgem bastante valorizados (não tanto como D. Afonso Henriques) aparecendo representados como uma espécie de braço armado divino, responsáveis pela reposição da justiça. Neste cenário de exaltação religiosa, qualquer tipo de acontecimento inesperado era entendido como um sinal de Deus, apoiando a causa dos cristãos.

A entrada dos cruzados no processo de Reconquista insere-se numa luta global pela cristandade. As fontes acima mencionadas contrapõem à força da fé (lado cristão), o idolatrismo dos muçulmanos, sendo estes caracterizados como profanadores. Não obstante esta dicotomia latente, também se estabelece em algumas situações uma valorização excessiva das qualidades bélicas dos cruzados, em detrimento do guerreiro hispânico, mais maleável nas suas convicções religiosas.

No capítulo que serve de crepúsculo à obra de Armando de Sousa Pereira, o quinto, são tratadas questões relacionadas com o Papado, e a forma como este encarava e apoiava a reconquista cristã. Embora inicialmente a Igreja fosse avessa a qualquer tipo de violência, no começo do século IV com Constantino é promovida uma aliança entre Igreja e Império, sendo ensaiadas, a partir de então, as primeiras tentativas de harmonizar o pacifismo cristão com os escritos de Santo Agostinho e Santo Ambrósio, possuidores de uma mensagem mais conflituosa. Confrontada com as invasões germânicas e depois com as invasões muçulmanas, a Igreja passou a desenvolver certas doutrinas que defendiam a Guerra Justa (Isidoro de Sevilha e Tomás de Aquino vão defender e ajudar a construir esta concepção). A partir daí a Igreja começa a considerar os feitos de guerra, sobretudo contra inimigos da fé, passíveis de garantir um lugar no paraíso a quem demonstrasse valentia e coragem no campo de batalha na defesa dos interesses cristãos. Este tipo de acção inicia-se na Península Ibérica na década de sessenta do século XI, quando o Papa Alexandre II promete a remissão dos pecados aos que decidirem combater o Islão na Hispânia. De igual modo, a Igreja incentivou a substituição do rito visigótico-moçárabe pelo rito romano. Pouco depois, Urbano II insere a Reconquista Cristã na Hispânia, dentro do movimento das cruzadas. A vinda dos Condes Francos D. Henrique e D. Raimundo para Península Ibérica resulta em parte, da nova estratégia pontifícia de combate ao Islão. A Igreja reforçou a sua posição na Ibéria através do apoio ideológico concedido ao movimento de Reconquista, conseguindo restaurar as dioceses de Braga (1071) e Coimbra (1080). O Papado teve também uma posição fundamental no processo que conduziu à soberania e autonomia de Portugal enquanto reino independente, foi para isso fulcral o facto de ter aceite Afonso Henriques como *miles de beati Petri*, o que libertou sobremaneira o monarca português da fidelidade devida a Afonso VII, no entanto tardou em reconhecer-lhe o título de Rei. Tal consagração apenas aconteceria em 1179 por intermédio da bula *Manifestis Probatum*, onde Alexandre III reconhece a dignidade régia de Afonso Henriques e dos seus sucessores, bem como garante a autonomia política do reino. A juntar a esta bula é importante não esquecer outras bulas emanadas pela chancelaria papal, sobretudo as de cruzada que muito incentivaram o combate contra os muçulmanos na Hispânia. Destarte estes apoios, nem sempre a Igreja esteve do lado dos

monarcas portugueses, por vezes chegou a tomar mediadas severas contra eles, como aconteceu com Sancho II, deposto através de uma bula papal, e considerado *Rex Inutilis*. As Ordens Militares sediadas em Portugal são também alvo de vários benefícios por parte do papado. A sua acção foi determinante para o sucesso da ocupação cristã do Alentejo e do Algarve. Parece-nos lícito afirmar que o papado adoptou uma posição intervencionista no processo de reconquista, os monarcas portugueses (sobretudo Afonso Henriques) souberam aproveitar esta situação, “instrumentalizando” a Igreja, com o propósito de que ela apoiasse a sua soberania face ao reino de Leão e Castela, ao mesmo tempo que acenavam com a perspectiva de luta ideológica contra o inimigo muçulmano, chamariz irresistível para qualquer Santo Pontífice.

**Conclusão:** Em nosso entender, Armando de Sousa Pereira, defende em *Representação da Guerra no Portugal da Reconquista*, a tese de que uma correcta compreensão do fenómeno da Reconquista tem que privilegiar a consulta de fontes coevas, uma vez que apenas desta forma se perceberá a forma como os seus intervenientes apreenderam todo o processo. A ideologia cristã desempenhou um papel fundamental na mentalidade de todos os seus intervenientes, uma vez que um imaginário divino acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos. Para o autor o processo de Reconquista não deve ser compreendido apenas de uma perspectiva Hispânica, mas sobretudo enquadrado no âmbito de toda a cristandade ocidental, sobretudo após a derrota cristã em Zalaca, que trouxe para a Ibéria cavaleiros francos, e o início das cruzadas, que transformou os Muçulmanos não apenas no inimigo de Portugueses, Leoneses ou Castelhanos, mas sim de toda a Cristandade. Foi um dos primeiros passos para a formação da *Respublica Christiana*.

Segundo o autor, um dos aspectos que mais se destaca da leitura das fontes coevas é o facto de não se perceber a existência de uma ideologia própria para justificar os combates contra o Islão, o objectivo primacial era construir uma imagem de um monarca ideal, que lutava valentemente pela defesa e expansão do seu território, empunhando uma espada conduzida pelo braço da cristandade.

Joel Gonçalves Sabino

sabino.romulo@gmail.com